



Luiz Alves/Senado Federal

Eduardo Suplicy recomenda a bicicleta a todos: "É uma maneira de diminuir a poluição e manter a forma"



## Suplicy anda de bicicleta em apoio ao Dia Mundial sem Carro

Senador, que viaja hoje, se antecipa à mobilização e leva meia

hora para percorrer sete quilômetros entre sua casa e o Senado. **5**

# Novo Código Florestal vence primeira etapa

Projeto foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, mas ainda passará pela análise de outras três comissões da Casa, que deverão apreciar 96 emendas apresentadas por senadores **5**



Luiz Alves/Senado Federal

Relator em três comissões, Luiz Henrique (E) quer construir voto conjunto com Jorge Viana, que relata o projeto na CMA

## Ensino superior pode sair do Ministério da Educação **6**

Waldemir Borretto/Senado Federal



Senadores debatem em Plenário, ontem: MP também tratou de ZPEs, Marinha Mercante e contribuição previdenciária

## Rótulo terá de informar se água é mineral ou industrial **4**

## Juízes pedem a Sarney reajuste salarial e mais segurança **2**

## Tablet nacional fica isento de PIS e Cofins

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, a MP que isentou do pagamento de PIS e Cofins os *tablets* produ-

zidos no Brasil. Novidade segue para sanção, e a expectativa é reduzir em 30% o preço final dos aparelhos. **3**

## Requião apoia Equador e Bolívia no Mercosul **8**

## Especialistas criticam fim de escolas especiais

EM audiência, debatedores atacaram a política do MEC de incluir alunos com necessidades especiais em colégios convencionais. **7**

Pedro Franco/Senado Federal



Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos, recebe alunos do Icep Brasil, instituto de Brasília dedicado à educação de pessoas com deficiência



No Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, magistrados e promotores federais entregaram documento a José Sarney e organizaram manifestação

# Juízes pedem segurança no trabalho e reajuste salarial

REPRESENTANTES DA MAGISTRATURA e do Ministério Público entregaram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, manifesto em que reivindicam uma política nacional de segurança para o desenvolvimento de suas atividades.

– Constantemente, temos membros do MP e magistrados ameaçados por exercerem as suas atividades e isso é insustentável – disse Sebastião Caixeta, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Além dessa audiência, cerca de mil juízes e promotores federais lotaram o Salão Negro do Congresso, em manifestação pela passagem do Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público organizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Entre as propostas do documento entregue a Sarney, estão a imediata revisão do sistema processual penal; a utilização



José Sarney recebe o desembargador Henrique Calandra, presidente da AMB

da Força Nacional de Segurança para atuação em momentos de crise; e a capacitação do corpo de agentes de segurança. Os magistrados também pedem a criação de sistema de saúde próprio e política remuneratória para promotores, procuradores e magistrados que garanta a recomposição das perdas salariais, estimadas em 22% desde 2006.

– Estamos pedindo ao Parlamento que vote o projeto que

está aqui desde 2010 com a recomposição inflacionária com o índice de 14,79% – disse Caixeta.

Sarney disse que os pleitos são válidos e que o Estado brasileiro precisa garantir a segurança não só dos magistrados e dos membros do MP, mas de toda a população.

– Se um juiz não tem garantias de segurança, a sociedade também não tem – assinalou o presidente do Senado.

## Sarney anuncia comissão do anteprojeto de Código Penal

O presidente do Senado, José Sarney, comunicou ao Plenário os integrantes da Comissão de Juristas instituída pela Presidência do Senado para elaborar um anteprojeto de Código Penal: o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Langaro Dipp, a ministra do STJ Maria Teresa Moura, Antonio Nabor Areias Bulhões, Emanuel Messias de Oliveira Cacho, Gamil Föppel El Hireche, José Muiños Piñeiro Filho, Juliana Garcia Belloque, a procuradora Luiza Nagib Eluf, Luiz Carlos Gonçalves, Luiz Flávio Gomes, Marcelo André de Azevedo, Marcelo Leal Lima Oliveira, Marcelo Leonardo, René Ariel Dotti e Tércio Lins e Silva. Sarney esclareceu que a participação não será remunerada.

## Gilmar Mendes quer grupo para analisar royalties

A criação de uma comissão de técnicos para buscar a solução para a repartição de receitas e encargos entre União, estados e municípios foi proposta pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Em visita ao presidente do Senado, José Sarney, Mendes disse que questões como royalties do petróleo e guerra fiscal devem ser pensadas em conjunto e com “chancela política”.

Outra questão a ser resolvida pelo Congresso, avaliou, é o critério de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).



Para o senador, eleição da deputada fortalece o órgão de fiscalização

## Rolleberg festeja eleição de Ana Arraes para o TCU

O senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) comemorou ontem a eleição da deputada federal Ana Arraes (PSB-PE) para ministra do Tribunal de Contas da União (TCU). Ana é filha do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e mãe do atual governador, Eduardo Campos. Ela recebeu 222 votos contra 149 do segundo colocado, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

– Minha contribuição neste processo eleitoral foi apenas dar o meu testemunho como conhecedor da família e como conhecedor da deputada Ana Arraes – afirmou.



Jayme sugere tribunal para julgar infrações que causem acidentes

## Jayme Campos propõe o Tribunal do Trânsito

Em alusão à Semana Nacional do Trânsito, de 18 a 25 de setembro, Jayme Campos (DEM-MT) propôs uma jurisdição específica, o Tribunal Especial do Trânsito, para infrações que causem acidentes.

– O tribunal poderia promover ações rápidas, protegendo nossos motoristas, punindo exemplarmente infratores e auxiliando a diminuir a violência do trânsito – explicou.

Ele também propôs a utilização de multa para premiar estados e municípios que reduzam mortes por acidente.



Senador destaca que último reajuste para os juizes ocorreu há dois anos

## Geovani apoia reivindicações de magistrados

Geovani Borges (PMDB-AP) apoiou o movimento dos magistrados em busca de mais segurança e reajuste salarial. Ele lembrou que tramita na Câmara o Projeto de Lei 7.749/10, prevendo a recomposição dos subsídios em 14,79%. O último reajuste ocorreu há dois anos.

O senador afirmou que, para cobrar a atuação plena de juízes, é preciso dar as condições devidas de trabalho.

– O que se espera é que o Senado ouça a voz da magistratura e saiba responder com patriotismo e equilíbrio.

## Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h20 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Homenagem ao Centro Belas Artes

14h A hora do expediente será dedicada à comemoração dos 86 anos de fundação do Centro Universitário Belas Artes, de São Paulo. A sessão deliberativa tem a pauta trancada por quatro medidas provisórias.

## Presidência Visita de dois embaixadores

11h30 José Sarney recebe o presidente do Sebrae, Luiz Barretto; às 12h, o embaixador Gonçalo Mello Mourão. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária; e, às 17h, recebe o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

## Amazônia Comissão externa

8h30 As subcomissões permanentes da Amazônia e da Faixa de Fronteira debatem os trabalhos da comissão externa criada para verificar *in loco* os assassinatos de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia.

## CRA Atividade pesqueira

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vota projeto que equipara a pesca à atividade agropecuária e dispõe sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial.

## CAS Terceirização sob suspeita

9h A suspeita de irregularidades no processo de terceirização do Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, será tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais.

## CI Suspensão de usinas termonucleares

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina projeto que suspende por 30 anos a construção de novas usinas termonucleares.

## CCT Desenvolvimento do Centro-Oeste

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia realiza o seminário Promovendo Estratégias para o Desenvolvimento Regional Integrado do Centro-Oeste. Entre os participantes, José Eduardo Azevedo Fiates, da Fundação Certi.

## Segurança pública Orçamento

14h Reunião da Comissão Temporária Externa de Ações da Política Nacional de Segurança Pública para exame de requerimentos e discussão da proposta orçamentária para 2012 do Ministério da Justiça.

## CDH Ministro das Relações Exteriores

9h O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, é um dos convidados para audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. Em debate, o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

## CPI do Ecad Músicos profissionais

9h Mais quatro profissionais com atuação na área musical serão ouvidos pela CPI do Ecad, que investiga a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, entre eles, a presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro, Déborah Cheyne.

## CRE Novos embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores vota três mensagens com indicações para embaixadas do Brasil na Eslovênia, Santa Lúcia e Haiti. Examina ainda projeto que autoriza o Executivo a doar aeronaves à Força Aérea boliviana.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



## Prorrogada isenção de taxa sobre transporte

A isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante foi outro assunto incluído no PLV 23/11. O tema foi acrescido ao texto por emenda dos deputados.

A matéria trata da prorrogação por mais cinco anos da não incidência do adicional sobre o frete de mercadorias cuja origem ou destino final seja portos localizados no Norte e no Nordeste. A isenção da taxa para navegação interior fluvial, lacustre e de cabotagem (realizada entre portos do mesmo país, ao longo da costa) nessas regiões já havia sido prorrogada uma vez, até janeiro de 2012, e agora passa a valer até 8 de janeiro de 2017. A medida beneficia produtores de sal do Rio Grande do Norte.

## Senado cobra da Câmara PEC das MPs

A mudança nas regras de tramitação das medidas provisórias voltou a ser discutida pelos senadores durante a votação do Projeto de Lei de Conversão 23/11, decorrente da MP 534/11, na noite de ontem.

Eles cobraram da Câmara a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, aprovada pelo Senado em agosto e que ainda não começou a ser analisada pelos deputados. O projeto altera a tramitação das MPs, dando ao Senado mais tempo para apreciação das matérias. Autor do substitutivo aprovado pelo Senado, Aécio Neves (PSDB-MG) criticou a demora da Câmara.

A proposta zera as alíquotas da contribuição para o PIS e Cofins incidentes sobre a receita da venda a varejo desses produtos; governo visa reduzir em 30% o preço ao consumidor

# Aprovado projeto que permite redução no preço de tablets

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão 23/11, decorrente da Medida Provisória 534/11, que isenta do pagamento de PIS e Cofins os tablets produzidos no Brasil. Aprovado por unanimidade, o texto segue à sanção presidencial.

A proposta também trata de outros três assuntos: amplia prazo para implantação de zonas de processamento de exportação (ZPEs), normatiza a contribuição previdenciária de segurados individuais ou facultativos e prorroga a isenção da taxa de navegação fluvial (*leia nesta página*).

Com a MP, os tablets foram inseridos na chamada Lei do Bem (Lei 11.196/05). Assim, ficam reduzidas a zero as alíquotas incidentes sobre a venda a varejo. Com a inclusão nos incentivos do Programa de Inclusão Digital (PID), o governo pretende reduzir em 30% o preço ao consumidor.

Relator da proposta, Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que os tablets possuem "grande potencial de venda, tanto no mercado interno quanto no externo", o que justifica a exigência de fabricação do produto no Brasil.

– A medida melhorará o perfil das exportações, ainda fortemente calcadas em produtos



Pela medida aprovada ontem, desoneração sobre tablets vai retroagir a 20 de maio

primários, e contribuirá para o equilíbrio das contas. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2010 os bens de tecnologia da informação e comunicação apresentaram déficit na balança comercial de 18,9 bilhões de dólares – afirmou.

Outra emenda aprovada na Câmara passou a classificar os tablets como máquinas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, com unidade central de processamento, entrada e saída de dados por meio de tela sensível ao toque, de área entre 140 cm<sup>2</sup> e 600 cm<sup>2</sup>, e sem comando remoto.

O detalhamento das especificações era uma preocupação dos

parlamentares do Norte. Eles queriam evitar a ampliação do benefício fiscal às telas de celulares e de televisores fabricadas em outras regiões, assegurando a competitividade do Polo Industrial de Manaus.

Também foi incluído na Câmara o aumento em um ponto percentual do crédito da Cofins recebido pela pessoa jurídica que adquirir tablets fabricados na Zona Franca de Manaus. A intenção é incentivar o comércio de produtos fabricados na Zona Franca e impedir que a região seja preterida em favor de áreas mais desenvolvidas e bem localizadas, como o interior de São Paulo.

## Proposta também amplia prazo para implantar ZPEs

O PLV 23/11 também altera a Lei 11.508/07, ampliando de um para dois anos o prazo para início efetivo das obras de implantação das zonas de processamento de exportação (ZPEs). O período é contado a partir da data de publicação do decreto de criação de cada ZPE.

O artigo provocou polêmica em Plenário. O relator, senador Eduardo Braga (PMDB-AM),

acordou com parte dos líderes a apresentação de emenda de redação para assegurar que o prazo de 24 meses valesse também para as ZPEs criadas antes da Lei 11.508/07, como as de Barcarena (PA), Ilhéus (BA) e Cáceres (MT). Criadas ainda nos governos dos presidentes José Sarney e Itamar Franco, essas ZPEs não possuem prazo de caducidade, caso não sejam implantadas.

A emenda foi criticada pelos senadores do PSDB, que a consideraram uma alteração do mérito, e não somente de redação, o que obrigaria o projeto a voltar à Câmara. Para evitar o atraso na tramitação, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), comprometeu-se a incluir na Medida Provisória 540/11, que trata de assuntos tributários, emenda tratando das ZPEs mais antigas.

## Duas novas alternativas para divisão dos royalties

Duas novas propostas poderão fazer com que estados produtores e não produtores se entendam sobre a divisão dos recursos provenientes da exploração do petróleo. A última rodada de negociações entre parlamentares e governo ocorreu na tarde de terça-feira. A reunião teve a participação dos ministros de Minas e Energia, Edison Lo-

bão; da Fazenda (interino), Nelson Barbosa; e de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, além de senadores e deputados.

Uma das alternativas prevê uma nova distribuição que garanta aos produtores, principalmente do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, recursos próximos do que já recebem: R\$ 12 bilhões anuais. Trata-se do relatório

do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) sobre o PLC 16/10.

A outra alternativa surgiu na própria reunião de terça-feira, quando o governo acenou com a possibilidade de abrir mão de 4% sobre o percentual recolhido em participações especiais. A proposta será levada à presidente Dilma Rousseff.

## Lindbergh defende pagamento imediato



Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu que os estados não produtores de petróleo devem receber recursos dos royalties do petróleo já, antes que se inicie a exploração da área do pré-sal. Os recursos deveriam ser bancados pela União, por meio da instituição de um imposto sobre a exportação de petróleo bruto.

– Um imposto sobre as exportações de petróleo bruto geraria um acréscimo de arrecadação da União, já no próximo ano, de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões.

## Ana Amélia diz que ideal farroupilha permanece

Ao comemorar os 176 anos do início da Revolução Farroupilha, Ana Amélia (PP-RS) afirmou que as principais bandeiras do movimento – justiça tributária e independência – permanecem vivas entre o povo e, sobretudo, entre os parlamentares gaúchos.

De acordo com ela, se a Revolução Farroupilha fosse deflagrada nos dias atuais, "seria pautada pela urgência da reforma tributária, que diminuísse o peso do pagamento dos impostos, e por uma revisão do pacto federativo", praticamente os mesmos problemas existentes no ano de 1835, quando se iniciou a revolta no Rio Grande do Sul.

## Aloysio Nunes critica aumento do IPI



Aloysio Nunes (PSDB-SP) criticou ontem o Decreto 7.567/11, que aumentou em 30 pontos percentuais a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para caminhões e automóveis importados. Para o senador, a indústria automobilística brasileira não precisava de ajuda para enfrentar a concorrência.

– A indústria automobilística está indo bem, está vendendo muito, exportando muito. Sofre competição saudável do produto estrangeiro – afirmou.



Senador foi designado ontem pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira

## Lira será relator de reforma administrativa

O senador Benedito de Lira (PP-AL) aceitou ser o relator do projeto de reforma administrativa do Senado (PRS 96/09) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ele foi designado pelo presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

– Vou pegar o projeto amanhã e analisar no final de semana, para ter uma ideia de quando apresentarei o relatório – afirmou.

Benedito de Lira participou da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa que aprovou o texto que agora será votado pela CCJ. Na época, ele apresentou voto em separado, sugerindo mudanças na estrutura da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana e no programa Interlegis.

## Eunício confirma aprovação do financiamento

Eunício Oliveira (PMDB-CE) anunciou ontem que a CCJ considera aprovado, terminativamente, o PLS 268/11, que estabelece o financiamento público de campanha. Senadores de oposição já declararam que coletarão as assinaturas necessárias para que o projeto seja votado ainda em Plenário. Eunício disse que a votação foi tumultuada, mas seu resultado foi pela aprovação do projeto e não pelo arquivamento, como anunciou verbalmente o relator, Renan Calheiros (PMDB-AL).

## Moka lembra os dez anos da eleição de Tebet

Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou os dez anos da eleição do senador Ramez Tebet para a Presidência do



Senado, cargo que ele exerceu até janeiro de 2003. O senador recordou que o Senado passava por um momento conturbado quando Tebet deixou o Ministério da Integração Nacional para assumir o cargo, tendo comandado as investigações sobre a quebra do sigilo do painel eletrônico de votação. Ramez Tebet faleceu em 2006.



Fabricante que descumprir nova regra receberá penas iguais às previstas na legislação sanitária federal e no Código de Defesa do Consumidor. Projeto volta agora à Câmara



Embalagens das águas industrializadas deverão seguir normas de rotulagem e exibir relação das substâncias químicas

## Rótulos vão diferenciar água mineral e adicionada de sais

O CONSUMIDOR TERÁ direito a identificar a diferença entre água mineral – produto de origem natural – e água adicionada de sais, vitaminas e minerais – produto industrializado. Medida nesse sentido consta de projeto de lei da Câmara (PLC 92/10) que recebeu decisão terminativa ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ao apresentar voto favorável à matéria, o relator, Humberto Costa (PT-PE), recomendou seu acolhimento com o acréscimo das duas emendas aprovadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O PLC 92/10 estabelece definições para cada produto, normas para rotulagem e padrões de

qualidade. Pela regra proposta, fabricantes deverão imprimir nos rótulos a seguinte especificação: “água adicionada de sais” ou “água adicionada de vitaminas e minerais”.

As embalagens das águas industrializadas deverão trazer ainda a relação das substâncias químicas adicionadas, com as concentrações em miligramas por litro, a origem da água utilizada para produção e os processos para sua purificação complementar e desinfecção.

### Correlação proibida

O projeto permite ainda a gaseificação da água adicionada de sais por meio da dissolução de dióxido de carbono. Essa característica também deverá

constar do rótulo. Fica proibido ainda fazer correlação do produto com marcas ou outros tipos de água mineral comercializados e a indicação de propriedades terapêuticas para o produto.

Quem descumprir essas exigências deverá ser submetido às mesmas penas impostas por infrações à legislação sanitária federal (Lei 6.437/77) e ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

Durante a discussão da matéria, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou a importância dessas especificações. Como o Senado aprovou alterações no texto original, o PLC 92/10 volta a ser examinado pela Câmara dos Deputados.

## Projeto que facilita contrato de seguranças é aprovado

Empresas de segurança e transporte de valores só ficarão impedidas de contratar funcionários com antecedentes criminais caso haja condenação definitiva da Justiça. Hoje, a lei exclui qualquer trabalhador denunciado por crime. Essa mudança está em projeto de lei da Câmara (PLC 25/08) que foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta voltará à Câmara.

O relator da matéria na comissão, Wellington Dias (PT-PI), afirmou que a expressão “antecedentes criminais” abrange gama variada de situações a que o cidadão pode ter sido exposto sem que ele seja um criminoso. Autor da proposta, o então deputado Celso Russomanno considerou que um caso de atropelamento ainda não julgado seria um antecedente criminal capaz de impedir esse tipo de contratação.

## Bebês, grafologia e vacina contra HPV em debate

Três requerimentos de audiência pública foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O primeiro, defendido por Paulo Paim (PT-RS), trata de debate em conjunto com as comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos (CDH) sobre o tema “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”.

Outra audiência, pedida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), vai discutir o PLC 184/10, que regulamenta a profissão de grafologista.

A comissão também acolheu requerimento de Marta Suplicy (PT-SP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para debater o PLS 238/11, que obriga a rede pública de saúde a oferecer vacina contra o papilomavírus humano (HPV) a mulheres na faixa etária de 9 a 40 anos.

## Mudanças na área da saúde entram na pauta do Senado

O desafio de viabilizar recursos para a saúde pública deve entrar na pauta do Senado ainda este mês. Na terça-feira, a Câmara aprovou o projeto que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para administrar hospitais universitários federais e regularizar a contratação de pessoal desses órgãos. A matéria começa a tramitar agora no Senado.

Outra proposta diz respeito à regulamentação da Emenda 29, que fixa percentuais mínimos a serem gastos em saúde por estados, municípios e União. Os deputados votaram ontem o último destaque da oposição e rejeitaram a criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS). Com isso,

o projeto de lei complementar (PLS 121/07) apresentado pelo então senador Tião Viana (PT-AC) volta ao Senado. Na última terça, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, estimou em R\$ 45 bilhões a necessidade de financiamento para que a União universalize, com qualidade, o atendimento na área.

Promulgada em 13 de setembro de 2000, a Emenda 29 incluiu regra pela qual os municípios e os estados aplicariam em ações de saúde pública respectivamente 15% e 12% de sua receita. Pela proposta aprovada ontem na Câmara, caberá à União aplicar o montante do ano anterior mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB).

## Ana Amélia repudia criação de novo imposto



Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) manifestou-se contrariamente à criação de um novo imposto para financiar a saúde. A carga tributária, afirmou, já alcança mais de um terço do PIB

“e mesmo assim os serviços públicos não são suficientes para atendimento à população”.

Com o fim da CPMF, o governo manteve a arrecadação, disse. Aumentou as alíquotas de impostos e contribuições, o que fez a arrecadação tributária saltar de 19,3% do PIB, em 2007, para 19,7% do PIB, em 2011, já descontados os repasses aos estados. A União tem recursos para a saúde, “basta que sejam bem geridos e aplicados adequadamente”, concluiu.

## Orçamento do SUS precisa dobrar, diz Walter Pinheiro



Walter Pinheiro

A proximidade da regulamentação da Emenda 29 impõe a responsabilidade do Parlamento de buscar alternativas para o financiamento

da saúde, mas sem criar um novo imposto, ressaltou Walter Pinheiro (PT-BA) ao defender a duplicação dos recursos para o Sistema Único de Saúde. Os royalties do pré-sal são importantes, mas não bastam. É preciso pensar na elevação de impostos sobre tabaco, bebidas e alimentos que causem obesidade ou tenham elevado conteúdo de sal ou açúcar.

– O problema não é e nunca foi só de gestão, mas também do tamanho desse cobertor, a capacidade de financiamento.

## Davim: vacinação contra o tétano na construção civil



Paulo Davim

Projeto de lei que torna obrigatória a vacinação contra tétano para trabalhadores da construção civil foi encaminhado pelo senador

Paulo Davim (PV-RN).

Segundo ele, esses trabalhadores estão no grupo de risco da contaminação por tétano, que tem 30% de letalidade. Davim observou que a vacina, válida por dez anos, é gratuita e acessível na rede pública.

O senador assinalou que ontem se comemorou o Dia da Árvore, ressaltando que o Senado está debatendo o novo Código Florestal (PLC 30/11). Para ele, é preciso elaborar “um caminho harmônico, sem antagonismo entre produtores rurais e ambientalistas”.

## Magno Malta defende ação para prevenção do crack



Magno Malta

Magno Malta (PR-ES) falou, em Plenário, da campanha de combate ao crack realizada pela prefeitura de Vitória.

Segundo o parlamentar, 30 dependentes foram recolhidos das ruas na primeira ação. Essas pessoas passarão por triagem e, se aceitarem o tratamento, serão encaminhadas para centros de reabilitação. O tratamento será bancado por religiosos da cidade.

O senador afirmou que a ação de retirada de viciados das ruas virá acompanhada de uma ação ainda mais importante no combate ao crack: a prevenção. Para Magno Malta, é pela informação que se formam os cidadãos.



Lin de Paula/Senado Federal

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou ontem cerimônia para afixação da foto da ex-senadora Rosalba Ciarlini na sua galeria de ex-presidentes. Rosalba presidiu a comissão no biênio 2009–2010. Após quatro anos no Senado, ela renunciou ao mandato para assumir o governo do Rio Grande do Norte. Rosalba disse sentir saudades do Senado, que “faz parte de um Poder que representa a essência da democracia”. A cerimônia foi aberta pelo atual presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT).



Projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e ainda será analisado nas de Ciência e Tecnologia, de Agricultura e de Meio Ambiente

# Novo Código Florestal passa na primeira comissão

DEPOIS DE QUATRO horas de debates, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11). Foi acolhido o texto do relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que fez pequenas correções de inconstitucionalidades.

Ao defender seu voto, Luiz Henrique reafirmou compromisso de analisar novos ajustes e as 96 emendas apresentadas pelos senadores em novo parecer que apresentará nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA), nas quais também é relator da proposta.

O parlamentar anunciou ainda disposição de construir voto em conjunto com o relator



O relator, Luiz Henrique, com José Pimentel (D), deixou a análise de 96 emendas para as demais comissões

do texto na Comissão de Meio Ambiente (CMA), Jorge Viana (PT-AC).

Na discussão do projeto, diversos senadores elogiaram as alterações feitas por Luiz Hen-

rique, mas apontaram aspectos que seriam contrários à Constituição e permanecem no texto.

Visando alterar esses aspectos, foram apresentados dez destaques para votação em separado de emendas que corrigiriam as inconstitucionalidades.

No entanto, o exame dos destaques foi rejeitado por 14 a 8, o que permitiu a aprovação do relatório de Luiz Henrique, com o entendimento de que a correção de inconstitucionalidades poderá ser feita nos outros colegiados ou mesmo com o reenvio do texto à Comissão de Constituição e Justiça, caso haja necessidade.

Antes da votação, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentou voto em separado pela rejeição do projeto, que não chegou a ser votado, face à aprovação do texto do relator.

## Relator altera artigo polêmico sobre retirada de vegetação

No texto aprovado na CCJ, o relator modificou o artigo 8º, oriundo da polêmica Emenda 164, aprovada pela Câmara. O texto trata das condições para supressão de vegetação em áreas de preservação permanente (APPs), como margens de rios e topos de morros.

O relator manteve regra que limita a intervenção nessas áreas a hipóteses de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental. Luiz Henrique também alterou o *caput* do artigo para explicitar que a autorização para atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural em APP será conferida exclusivamente para atividades consolidadas até julho de 2008.

Essa data é questionada por diversos senadores que apre-

sentaram emenda propondo sua modificação. Na discussão, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) apontou contradição entre o texto do artigo 8º e o dos artigos 10º, 12 e 35, que também dispõem sobre área consolidada.

Na versão inicial do relatório, Luiz Henrique abria a estados e ao Distrito Federal a possibilidade de dividir com a União poder para definir outras condições de intervenção em APP, além das previstas na lei. Após entendimento com o governo federal, explicou o relator, decidiu pela retirada desse dispositivo. Ele modificou também diversos trechos que estabeleciam a necessidade de futuro regulamento, determinando que questões em aberto sejam sanadas em "ato do chefe do Poder Executivo".

## Hipóteses para uso de APP

### Utilidade pública

- Atividades de segurança nacional e proteção sanitária
- Obras de infraestrutura em transporte, saneamento, energia, mineração, telecomunicações e radiodifusão
- Atividades e obras de defesa civil, estádios
- Outras atividades definidas em ato do chefe do Poder Executivo federal

### Interesse social

- Atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa
- Exploração agroflorestal sustentável e que não descaracterize a cobertura vegetal em pequena propriedade ou posse rural familiar ou povos e comunidades tradicionais
- Infraestrutura pública para esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em área urbana e rural
- Regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas
- Implantação de instalações para captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais
- Demais obras, planos, atividades ou empreendimentos definidos em ato do chefe do Poder Executivo federal

### Atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental

- Abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de curso de água, ao acesso de pessoas e animais para obtenção de água ou retirada de produtos de atividade agroflorestal sustentável
- Instalações para captação e condução de água e efluentes tratados, se comprovada a outorga de direito de uso da água, quando couber
- Implantação de trilhas para ecoturismo
- Construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro
- Construção de moradia de agricultores familiares, quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em que o abastecimento de água se dê por esforço dos moradores
- Construção e manutenção de cercas de propriedade
- Pesquisa científica relativa a recursos ambientais
- Coleta de produtos não madeireiros para subsistência e produção de mudas
- Plantio de espécies produtoras de frutos, sementes, castanha e outros
- Outras ações e atividades similares reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do chefe do Poder Executivo federal

## Divergências sobre várias questões

Apesar de a análise na CCJ ser restrita a aspectos de juridicidade e constitucionalidade, muitos senadores fizeram considerações sobre questões de mérito, deixando explícitas as diferenças de opinião. Enquanto Lindbergh Farias (PT-RJ), por exemplo, propõe modificar o texto para ampliar a proteção de APPs, Kátia Abreu (DEM-TO) afirma que a implementação das sugestões de Lindbergh obrigaria a retirada dos moradores da Rocinha, no Rio de Janeiro. A necessidade de proteger as APPs também foi defendida por Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Outro aspecto discutido foi a necessidade de melhor utilização da terra pela pecuária como forma de liberar área para a expansão do agronegócio. A baixa produtividade da pecuária brasileira foi apontada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Em contrapartida, Blairo Maggi (PR-MT) lembrou que boa parte da agropecuária requer correção e melhoria do solo, aumentando os custos de produção.

## CCT pode incluir compensação ambiental a agricultor

O projeto segue agora para a CCT, onde poderá ser alterado no mérito. Uma das mudanças deve ser a inclusão de regras para remunerar, como pagamento por serviço ambiental, agricultores que mantiverem florestas em suas propriedades. A proposta é defendida pelo presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), e consta de emendas apresentadas ao projeto.

O texto também deverá ser alterado na forma, para separar disposições transitórias, como a regularização do passivo ambiental, das disposições permanentes. Essa separação foi sugerida pelo ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, e acolhida por Luiz Henrique e Jorge Viana. O ministro participou de audiência pública realizada no último dia 13.

Paulo Cinquetti/Senado Federal



Eduardo Suplicy (E) vai de bicicleta para o Senado, em comemoração ao Dia Mundial sem Carro, celebrado hoje

## Suplicy troca carro por bicicleta na ida ao Senado

Para marcar a Semana da Mobilidade e o Dia Mundial sem Carro, que acontece hoje, Eduardo Suplicy (PT-SP) percorreu de bicicleta os cerca de sete quilômetros entre seu apartamento na Asa Sul e o Senado. Aos 70 anos, ele mostrou preparo físico e chegou em 30 minutos.

– Recomendando a todos que tenham condições. É uma maneira de diminuir a poluição e manter a forma – afirmou.

O senador se antecipou à mo-

bilização porque viaja hoje. Ele lamentou a falta de ciclovias e o desinteresse de autoridades. Destacou que não houve problema com condutores de carros, motocicletas e caminhões, mas pediu que sejam promovidas campanhas de conscientização para respeito às bicicletas.

Uma vantagem de ter trocado o carro pela bicicleta, segundo o parlamentar, foi ver a cidade por outra perspectiva, que escapa quando se está em um carro.

Usando calça social e gravata (ele só trocou sapato por tênis), Suplicy saiu de casa antes das 9h, passou na Igreja de Nossa Senhora de Fátima para orar e chegou ao Senado às 9h30. Dois servidores da Casa que trocaram o carro pela bicicleta acompanharam o senador. Ao chegar, ele foi recebido por defensores da instalação da Comissão da Verdade, grupo de trabalho destinado a investigar desaparecimentos no regime militar.



Responsabilidade pelas instituições públicas de ensino superior passará do Ministério da Educação para o da Ciência e Tecnologia, segundo projeto aprovado ontem em comissão



Cristovam Buarque, autor do projeto, é cumprimentado por Aloysio Nunes na sessão que aprovou a transferência de gestão

## Avança projeto que muda gestão de universidades

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem o projeto de lei (PLS 518/09) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que visa transferir a gestão do ensino superior público do Ministério da Educação para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com isso, o Ministério da Educação passará a cuidar apenas dos assuntos relativos aos ensinos fundamental e médio, transformando-se no Ministério da Educação de Base. A matéria ainda será examinada pelas Comissões de Educação (CE) e, em decisão terminativa, pela de Constituição e Justiça (CCJ).

Ao justificar o projeto, Cristovam destacou que a educação básica encontra-se relegada a um segundo plano na estrutura organizacional do governo federal. Segundo ele, o ensino superior atrai mais atenção e recursos, em razão da melhor capacidade de organização e articulação política, além da proximidade do meio acadêmico com as esferas de decisão.

A argumentação de Cristovam foi apoiada pelo relator da matéria na CCT, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Apesar de a gestão da educação básica estar sob a responsabilidade direta de

estados e municípios, observou Ferraço, o governo federal tem o dever constitucional de redistribuir e suplementar recursos e assistência técnica para garantir igualdade de oportunidade educacional de qualidade.

– Muito inferior em número de instituições, docentes e alunos, as universidades são mais capazes de mobilizar recursos e aliados – confirmou Ferraço.

Cristovam afirmou que o Ministério da Ciência e Tecnologia é favorável ao projeto. Com a mudança, disse, o Ministério da Educação intensificará a atenção na educação de base.

## Jarbas diz que é “um absurdo” a eleição de Ana Arraes para o TCU

O meio político do Brasil, segundo Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), “anda na contramão do século 21”. O senador disse que um retrato disso foi a eleição, na Câmara, da deputada Ana Arraes (PSB-PE) para o cargo de ministra do Tribunal de Contas da União (TCU).

– É um absurdo o governador Eduardo Campos deixar de cuidar dos interesses de Pernambuco para eleger a própria mãe. Se não é nepotismo, abuso de poder político e uso da máquina, eu não sei mais o que é. Quando



Para o senador, política brasileira está na contramão do século 21

chegar uma determinada conta do governo Eduardo Campos no TCU, qual será a postura da nova ministra? – questionou.

## Wellington Dias elogia Semana do Peixe, promovida pelo governo

Wellington Dias (PT-PI) saudou a realização da Semana do Peixe, uma parceria entre os ministérios da Pesca e da Saúde para incentivar a produção e o consumo de pescado. Ele elogiou os projetos de aquicultura no Piauí e lamentou o baixo consumo de peixe no Brasil.

– A Organização Mundial da Saúde recomenda o consumo de, pelo menos, 12 quilos de peixe por habitante ao ano, e o Brasil está abaixo da média mundial, com cerca de nove quilos.



Senador lamenta o baixo consumo de pescado no país, em especial no Piauí

No Piauí, o consumo do pescado é de apenas quatro quilos por habitante ao ano – lamentou.

## Código de barras para pagar contas públicas

O pagamento da maior parte das despesas públicas pode passar a ser feito por documento com códigos de barras. É o que prevê projeto de Blairo Maggi (PR-MT) aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A proposta (PLS 375/11 – Complementar) ainda depende de aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e do Plenário antes de ser encaminhada aos deputados.

Os códigos serão exigidos nos documentos de despesas com a máquina administrativa, prestação de serviços contínuos, como salários de servidores, assim como os relativos a investimentos públicos, como a construção de hospital. Para Blairo, a padronização facilitará o trabalho de fiscalização dos órgãos de controle interno e externo, bem como dos órgãos de repressão.

## CCT vai discutir criação de TVs comunitárias

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vai realizar audiência pública, em data a ser definida, para discutir a criação do serviço de televisão comunitária e os limites de alcance da radiodifusão comunitária. O requerimento foi aprovado ontem pela comissão. A iniciativa do debate é de Walter Pinheiro (PT-BA) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), com finalidade de instruir projetos de lei de Demóstenes Torres (DEM-GO) e do então senador Renato Casagrande que tratam desses temas.

Audiência sobre a decisão do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) de suspender a veiculação de programas religiosos nos veículos públicos da empresa foi marcada para a próxima quinta-feira.

## Lídice da Mata destaca encontro de trabalhadoras domésticas

Lídice da Mata (PSB-BA) ressaltou a realização em Recife, de 15 a 18 deste mês, do 10º Encontro Nacional das Trabalhadoras Domésticas, sob o lema “A hora é agora: para levantar e fortalecer nossas bandeiras”.

Entre outras questões, o encontro discutiu a aprovação da Convenção 189 e da Recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se referem à proteção das trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

Lídice assinalou que há mais



Evento tratou de convenções da OIT relativas à categoria, diz senadora

de 7 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, dos quais mais de 4 milhões se encontram na informalidade.

## Audiência debate redução de gases do efeito estufa

O crescimento econômico do Brasil precisa levar em consideração as mudanças climáticas e a redução de emissão de gases de efeito estufa.

O alerta foi feito pelo secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Eduar-

do Delgado Assad, em audiência pública que discutiu as ações do Executivo para alcançar os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A política nacional oficializa o compromisso voluntário do Brasil na Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas

(ONU) de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020.

Assad considera que será um “trabalho hercúleo” convencer cada setor industrial a estabelecer metas de redução de emissão de gases.



Na mesa da audiência, Assad (D) fala ao lado do senador Sérgio Souza

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Ana Amélia • João Alberto Souza • Marta Suplicy • José Sarney • Lídice da Mata • Walter Pinheiro

\* Licenciado

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Reportagem: Cintia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Pessoas com deficiência reivindicam qualidade de vida

O progresso na legislação em defesa das pessoas com deficiência e a reivindicação de medidas que gerem para elas mais qualidade de vida e espaço na sociedade marcaram a audiência pública no Senado sobre o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Presidida por Paulo Paim (PT-RS), a audiência foi conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a Subcomissão das Pessoas com Deficiência.

Representando o Ministério do Trabalho, Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, secretária de Inspeção do Trabalho, relatou que, além de fazer cumprir a cota legal de funcionários com deficiência, fiscais do trabalho buscam convencer os empregadores de que, treinados, eles se tornarão os melhores trabalhadores.

– Em uma grande rede de supermercados no Rio de Janeiro, verificaram que a presença da pessoa com deficiência e sua demonstração de força, determinação e superação melhora o local de trabalho e motiva os empregados – afirmou.

O defensor público federal Ricardo Emílio Pereira Salviano relatou conquistas da Defensoria Pública. Entre os avanços, ele citou o fornecimento pelo Ministério da Saúde de tratamento preventivo da hemofilia e a condenação do INSS a ampliar a pensão por morte a filho inválido quando a invalidez se manifesta após a maioridade. Outra causa em andamento, disse Salviano, é a reserva de vagas no transporte aéreo.

Marcos Cordeiro de Souza

Bandeira, do Conselho Nacional do Direito da Pessoa Portadora de Deficiência, disse que o dia nacional mostra o quanto é importante a sociedade “gritar em busca dos seus direitos”.

Antonio José do Nascimento Ferreira, secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, citou como exemplo de avanços a acessibilidade nas cidades e disse esperar que os projetos para a Copa do Mundo e as Olimpíadas levem em conta essa questão.

### Estatuto

Três deputados federais participaram, além do senador Paulo Bauer (PSDB-SC). Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) manifestou confiança na aprovação de um estatuto satisfatório. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da Federação Nacional das Apaes, lamentou lacuna no cuidado da pessoa com deficiência intelectual, afirmando que as famílias têm que fazer peregrinações para buscar atendimento. Mara Gabrilli (PSDB-SP) defendeu a capacitação dos cuidadores e o fornecimento de equipamentos.

Luiz Moreira Gomes Júnior, do Conselho Nacional do Ministério Público, protestou contra o peso da discriminação, que chega a fazer pessoas com deficiência sentirem vergonha de ver outras com deficiência.

Entidades pediram aumento das horas de programação audiodescrita na TV e provas em concursos com a linguagem brasileira de sinais (Libras).

Nova política do MEC é incluir aluno com necessidades especiais em escola convencional; debatedores dizem que esses locais não estão preparados para a nova demanda

## Especialistas criticam fim de escolas especiais

O FIM DAS escolas especiais está prejudicando os estudantes que precisam de atenção personalizada. A constatação foi feita por especialistas que participaram ontem de audiência pública sobre educação especial promovida pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O presidente da Federação Nacional das Apaes, deputado federal Eduardo Barbosa, disse que o Ministério da Educação (MEC) falha na missão de educar as pessoas com deficiência desde que deixou de reconhecer as escolas especiais e passou a direcionar esses alunos para as escolas convencionais.

– Pessoas com deficiência têm peculiaridades e o sistema convencional não pode acolher a todos em suas diversidades. Não estamos conseguindo levar a educação às pessoas com deficiência – afirmou o deputado. De acordo com ele, 14% dos brasileiros têm algum tipo de deficiência.

A psicóloga Candy Gifford também defendeu a educação



Debatedores participam de audiência sobre direitos de pessoas com deficiência

especial. Sem ela, argumentou a psicóloga, tem-se uma “inclusão perversa, onde se finge que se incluiu e o aluno finge que está incluído”.

– O direito à escola, seja comum ou especial, é garantido pela Constituição. Mas, além do acesso, é preciso defender o direito de aprendizado – alertou.

Segundo o coordenador de Política Pedagógica da Educação Especial do MEC, Joiran Medeiros da Silva, vários países têm incluído as pessoas com

deficiência em escolas regulares: – Temos procurado dar o apoio necessário ao sistema para que essa educação possa se efetivar.

Também participaram da audiência Maria do Socorro Nery, representante das famílias de alunos especiais; Sérgio Domingos, defensor público da Vara de Infância e Juventude do Distrito Federal; e Erivaldo Fernandes, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

## Fim de idade limite para atendimento especializado

As comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos (CDH) vão apoiar o fim do limite de idade para o atendimento educacional especializado de pessoas com deficiência, medida que também é defendida por entidades ligadas à educação especial. Uma das providências será o envio de ofício à Câmara solicitando a votação da PEC 347/09, que trata da questão.

A PEC foi apresentada pela então deputada Rita Camata, atendendo a pais que se viram privados de escola fundamental para os filhos com deficiência que alcançaram os 18 anos.

## Senadores fazem ressalvas à diretriz para o setor

A atual diretriz do Ministério da Educação para atendimento de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares foi avaliada com ressalvas por senadores. Cristovam Buarque (PDT-DF), Ana Amélia (PP-RS) e Paulo Bauer (PSDB-SC) apontaram questões como a necessidade de estruturar a rede de ensino para oferecer educação inclusiva. Paulo Paim se disse orgulhoso por ter proposto a lei que instituiu, em 2005, o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, e pediu à Câmara a aprovação do Estatuto das Pessoas com Deficiência.

## Direitos são violados diariamente, diz Cyro Miranda

Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou que, apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, os direitos das pessoas com deficiência ainda são desrespeitados cotidianamente no Brasil e elas ainda lutam para terem garantidas oportunidades “reais e objetivas de se desenvolverem

como cidadãos participativos”.

O senador pediu atenção para a Declaração de Salamanca. Esse documento da Unesco, disse, estipula que a escola regular deve se adaptar “não só para os deficientes, mas também para crianças superdotadas ou com outras demandas específicas”.



Cyro destaca documento da Unesco



O senador Paulo Bauer fala aos participantes da audiência pública sobre o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência

## Reditario quer eliminar benefícios para presos

Reditario Cassol (PP-RO) comunicou ontem que apresentou projeto (PLS 542/11) que restringe benefícios para condenados a penas privativas de liberdade.

A proposição – que altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e a Lei 8.213/91 – determina o fim de “benesses e prêmios” como o aumento dos prazos para a progressão de regime, a remição da pena pelo trabalho ou pelo estudo e o direito de saída temporária para os condenados a crimes hediondos ou equiparados.



Waldemir Barreto/Senado Federal

## Mário Couto sugere visita ao Pará

Mário Couto (PSDB-PA) sugeriu que comissão de senadores vá ao Pará para saber mais sobre as medidas tomadas quanto à denúncia de que uma adolescente de 14 anos teria sido abusada sexualmente dentro de um presídio. O senador elogiou a exoneração do superintendente do sistema penitenciário do estado, Francisco Mota Bernardes.

– Demissão sumária de todos ligados ao presídio por ordem do governador [Simão Jatene], com processo aberto, comunicação ao Ministério Público e todas as providências tomadas – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

## João Alberto quer Justiça célere para idosos

João Alberto Souza (PMDB-MA) apresentou projeto de lei (PLS 590/11) que altera o Código de Processo Civil e o Estatuto do Idoso fixando prazo para julgamento de processo judicial com maior de 60 anos ou portador de doença grave. As legislações já garantem a prioridade, mas não determinam prazos. O projeto estabelece prazo de dois anos para o julgamento em primeiro grau e de três meses para as instâncias recursais. A proposta prevê a possibilidade de abertura de representação contra o juiz que não observar as regras.



Waldemir Barreto/Senado Federal

## Geovani elogia novas regras no Pró-Infância

“A construção de creches de maneira proporcional ao déficit de cada município no setor é um avanço na logística e na forma de atender à demanda”, considerou Geovani Borges (PMDB-AP) ao elogiar o Programa de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Educação Infantil (Pró-Infância).

O senador saudou essa forma de distribuição de creches, que chamou de “inversão da lógica vigente”, feita pelo Ministério da Educação para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê o atendimento na rede pública de educação de 100% das crianças entre 4 e 5 anos até 2016 e de 50% das crianças de até 3 anos até 2020.



Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do bloco diz que é do interesse do Brasil a constituição de um mercado sul-americano

# Requião apoia Mercosul com Bolívia e Equador

O INGRESSO DA Bolívia e do Equador no Mercosul, como membros plenos, conta com o apoio do presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), senador Roberto Requião (PMDB-PR).

A iniciativa de aproximação com os dois países foi anunciada na terça-feira aos parlamentares brasileiros pelo alto representante-geral do bloco, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

– É do interesse do Brasil a constituição de um mercado sul-americano. Vemos com agrado essas intenções de ingresso – disse Requião.

Durante audiência pública promovida nesta semana pela representação, Guimarães informou haver recebido do Conselho do Mercado Comum (CMC),

órgão máximo do Mercosul, um mandato para negociar a adesão dos dois novos países, e anunciou que nas próximas semanas viajará à Bolívia e ao Equador.

O bloco é atualmente composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela está em fase de adesão: falta apenas a aprovação do Poder Legislativo do Paraguai para seu ingresso definitivo no Mercosul.

A Bolívia e o Equador já são associados ao bloco desde 1996 e 2004, respectivamente. Caso tornem-se membros plenos, acrescentarão 25 milhões de habitantes ao total do bloco.

Se for confirmado ainda o ingresso da Venezuela, a população geral do Mercosul alcançará 295 milhões. A União Europeia, mais importante bloco econômico do mundo, conta com 456

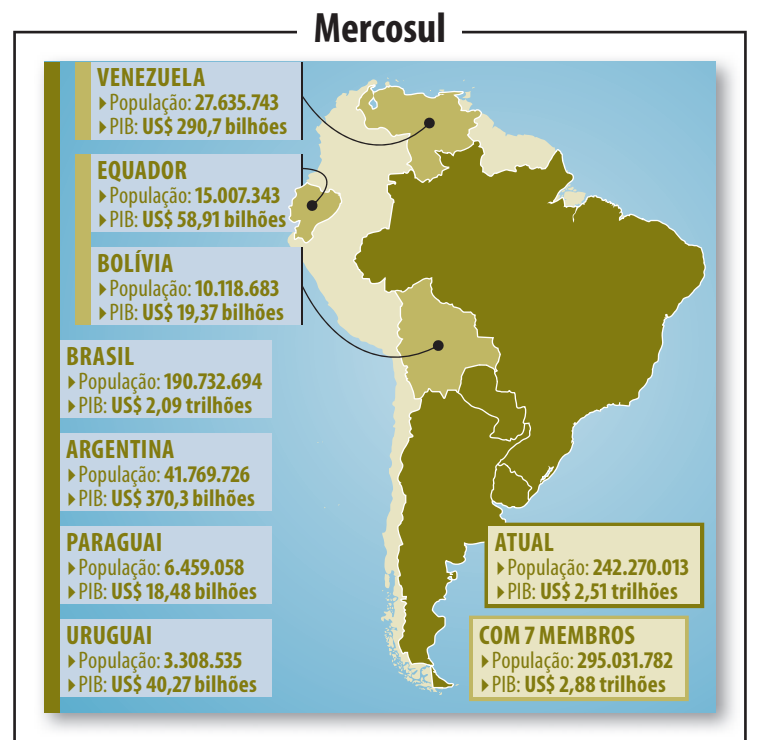
milhões pessoas distribuídas por 27 países.

## Regimento

Requião informou ainda que, no final da próxima semana, será realizada, em Montevidéu, uma reunião da Mesa Diretora do Parlasul e de assessores técnicos dos países representados no parlamento para debater a reforma do Regimento Interno.

As propostas em discussão procuram garantir maior peso político nas votações aos países de menores bancadas, Paraguai e Uruguai, por meio da exigência de maiorias qualificadas em diversos tipos de votações.

– Se chegarmos a um acordo, a um entendimento a esse respeito, logo mais à frente estaremos marcando a nossa primeira reunião [a primeira sessão do ano do Parlasul] – disse Requião.



Waldemir Barreiro/Senado Federal

Para senador, pronunciamento na ONU é motivo de orgulho

## Discurso de Dilma recebe elogios de Anibal Diniz

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou o discurso da presidente Dilma Rousseff, na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada ontem pela manhã, em Nova York.

– Pela primeira vez na história dessa organização, uma mulher fez o discurso de abertura, fato que decididamente é motivo de orgulho para todos nós brasileiros – declarou o parlamentar, endereçando um “voto de louvor” à presidente da República.

O senador elogiou a defesa, por parte da presidente, da criação de um Estado palestino e de um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU.



Waldemir Barreiro/Senado Federal

Senadora destaca ineditismo da missão de Dilma na ONU

## Ângela: emoção na abertura de reunião da ONU

Ângela Portela (PT-RR) disse que viu com emoção o fato de a presidente Dilma Rousseff ter sido a primeira mulher a abrir uma reunião da ONU. A senadora frisou que o fato inédito merece destaque por mostrar o papel de protagonismo da mulher.

Ângela elogiou a presidente por, em seu discurso, ter destacado a presença da mulher na política e na área social no mundo e as conquistas sociais do Brasil. A senadora ainda destacou a “abordagem clara” de Dilma sobre os principais temas mundiais e os compromissos do país com questões como igualdade de gênero e consciência ambiental.



Waldemir Barreiro/Senado Federal

Suplicy pede transparência em ações de governo

## Suplicy: “Um novo mundo está nascendo”

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que “um novo mundo está nascendo” porque, em seus discursos na reunião da ONU, Dilma Rousseff e o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, defenderam o conceito de “governo aberto”.

Para o senador, trata-se de uma inovação, já que os governos “costumam ser opacos”.

### ALEMANHA

Suplicy também fez um apelo para que a presidente Dilma interceda junto à chanceler alemã, Angela Merkel, pela advogada brasileira Jacy Raduan, que diz que o ex-marido, o alemão Georg Berger, a impede de ver os dois filhos que estão sob a guarda dele.



Waldemir Barreiro/Senado Federal

Senadora cita levantamento recente do Banco Mundial

## Discriminação de gênero gera atraso, diz Marta

Marta Suplicy (PT-SP) informou que o esboço do Relatório de Desenvolvimento Mundial 2012: igualdade de gênero e desenvolvimento, divulgado pelo Banco Mundial, mostra que, se não houvesse discriminação das mulheres no mercado de trabalho, a produtividade aumentaria até 25% em todo o mundo.

Sobre a presença na política, o avanço também é lento, lamentou a senadora. As mulheres representavam 10% de todos os parlamentares em 1995, passando para 17% em 2009. No Brasil, a situação é ainda pior. Elas constituíam 5% dos parlamentares em 1990 e 9% em 2010.



Moreira Mariz/Senado Federal

PCdoB discutiu a crise mundial, conta Vanessa

## Para Vanessa, é preciso “romper a lógica liberal”

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou o lançamento, pelo comitê central de seu partido, de um documento sobre a crise econômica mundial. O texto foi elaborado na 8ª reunião nacional do PCdoB, encerrada domingo.

Segundo ela, o documento define o posicionamento do partido e as tarefas repassadas à militância para enfrentar a “segunda fase aguda” da crise.

– Para o PCdoB, só forças políticas novas, orientadas por concepções e projetos alternativos aos paradigmas neoliberais, podem enfrentar, romper e superar a lógica liberal reinante – afirmou.



Waldemir Barreiro/Senado Federal

Cristovam lembra que Paulo Freire teria feito 90 anos

## Cristovam pede solução para o analfabetismo

“Se ainda fosse vivo, Paulo Freire [1921-1997] ficaria frustrado com a educação no Brasil”, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF) ao lembrar que o educador teria feito 90 anos na segunda-feira. Para o senador, a presidente Dilma deveria “ouvir a voz” do pedagogo.

– E para ouvir a voz de Paulo Freire basta ouvir os 14 milhões de brasileiros analfabetos, os escravos do mundo moderno – disse.

O senador acrescentou que Dilma Rousseff deveria também ouvir as vozes dos jovens de hoje que, daqui a 20 anos, perguntarão o motivo de não terem tido acesso à educação.

## HOMENAGENS

A CCJ aprovou projeto de resolução (PRS 22/08) que restringe a realização de sessões especiais e homenagens no Plenário. Pelo texto, as homenagens só poderão ser realizadas em sessões não deliberativas, ou seja, às segundas e sextas. A mudança vai ao exame do Plenário.



Anna Wolpe/Senado Federal

Haman Córdova (E) é sabatinado na CCJ, presidida por Eunício Oliveira

## Haman Córdova é aprovado defensor-geral

Foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por unanimidade, a indicação de Haman Tabosa de Moraes e Córdova para o cargo de defensor público-geral federal. Na sabatina, Córdova apontou a necessidade de fortalecer a Defensoria Pública da União para que a prestação jurisdicional aos mais carentes seja uma realidade, conforme prevê a Constituição.

– Não cabe ao Estado delegar ao particular essa prestação de assistência

jurídica. Não cabe ao Estado virar as costas à população carente e simplesmente não implantar o serviço de defensoria pública no país. Essa é uma determinação do constituinte, irretirável e imodificável – afirmou.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da indicação, salientou que é dever do Estado proteger as classes mais desfavorecidas, tarefa cumprida pela DPU. A indicação vai agora ao exame do Plenário.